



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 206 - 2ª QUINZENA DE JANEIRO DE 2001- R\$ 1,00

**Os governos municipais do PT
garantem o cumprimento dos
compromissos com o parasitismo
e aplicam diretrizes neoliberais**

**O POR realizou sua Conferência
Nacional, que teve como temas:
Teses do POR sobre a questão do campo
(Luta de classes e revolução agrária)
Situação Internacional e Nacional
(Crise capitalista e luta revolucionária)**

**Barbárie capitalista nos Bálcãs é revelada
Ascenso das massas na Argentina contra o
governo De la Rúa e sua política neoliberal**

**A luta revolucionária na Bolívia prossegue. Veja, traduzidas, as
Resoluções do Congresso Nacional do POR/Bolívia
(Adquira com o distribuidor deste jornal)**

4º Conferência Nacional do POR

O Partido Operário Revolucionário realizou sua 4ª Conferência. Estiveram presentes as seções argentina e chilena do Comitê de Enlace. Discutiu-se no primeiro dia: 1. Situação Internacional; 2. Situação Nacional; 3. Teses Agrárias. No segundo, foram votadas as resoluções e as propostas de emendas e discutido o informe de atividades das regionais do partido.

O centro da Conferência foram as Teses Agrárias. Apesar de termos uma clara posição programática sobre a questão da terra e do movimento camponês, elaborada no Programa do POR, em seu III Congresso, o partido considerou necessário melhorá-la, considerando a rica experiência da luta camponesa e dos problemas colocados por sua direção reformista.

Constatamos o imenso valor que têm nossas Teses Sindicais e Teses para a Educação, aprovadas em Congressos anteriores. Agora, as Teses Agrárias avançam esse trabalho de elaboração do Programa. Há muito nos convencemos de que formar o partido é forjar o programa da revolução e ditadura proletárias, que responda às necessidades históricas do Brasil em sua conexão internacional. Trata-se de um esforço de aplicação do Programa de Transição da Quarta Internacional, que por sua vez contém os fundamentos e método do Manifesto do Partido Comunista de Marx/Engels e do Programa da Terceira Internacional da época de Lenin e Trotsky.

Verificamos que as teses agrárias são uma contingência para o proletariado, através de seu partido, derrotar a burguesia e iniciar as transformações socialistas do Brasil, como elo da revolução mundial. A estrutura latifundiária, a presença de milhões de

camponeses oprimidos e o tremendo atraso das forças produtivas agrárias são tarefas democráticas típicas de um país semicolonial que a burguesia nacional não pôde cumprir. Quer dizer, não teve como liquidar a herança latifundiária da implantação do capitalismo de fora para dentro pelos colonizadores e dar acesso aos camponeses às terras. Por essas características, não são tarefas socialistas. Entretanto, já não há como serem resolvidas nos marcos do capitalismo.

A possibilidade de uma revolução democrática burguesa não existe, mas como tarefa, sim, persiste. E continuará vigente enquanto o poder econômico e político estiver sob o comando da classe capitalista. O que resulta em manutenção do atraso econômico e miséria dos camponeses. As tarefas democrático-burguesas serão resolvidas sob a ditadura do proletariado, na forma governamental do governo operário e camponês.

O conteúdo da revolução democrática, no que diz respeito à questão agrária, em sua essência, corresponde à expropriação de todo latifúndio sem indenização, nacionalização da imensa área latifundiária e entrega das terras aos camponeses e proteção dos pequenos e médios produtores. Por outro lado, o proletariado agrícola, que é parte da classe operária, terá condições de iniciar a implantação da produção coletiva na agroindústria. As teses agrárias do proletariado não contêm a defesa de nenhum tipo de propriedade privada dos meios de produção, justamente por se tratar do programa socialista, comunista, porém responde às aspirações dos camponeses de acesso à terra com o compromisso de cumprir as tarefas

democráticas de expropriação e nacionalização das terras em poder da burguesia latifundiária. O cumprimento da bandeira de reforma agrária vinda dos camponeses - bem distinta da demagogia burguesa de reforma agrária - será possível no âmbito de uma revolução agrária, e esta como particularidade da revolução proletária, ou seja, tomada do poder e expropriação geral do grande capital.

Nesse sentido, as teses do POR se opõem totalmente ao “programa de reforma agrária” do MST, expressão da política reformista no seio do movimento camponês. Por exemplo, rechaça a posição dos assentamentos, desapropriação com indenização, distinção entre latifúndio produtivo e improdutivo, critério de função social da terra e a estratégia de um governo democrático e popular, que é burguês, e oposto ao governo operário e camponês.

A discussão da revolução agrária como parte da revolução proletária, que em sua forma é nacional e em seu conteúdo, internacional, foi rica em análise da situação agrária, de sua formação, desenvolvimento histórico e das lutas camponesas. Verificou-se que havia imprecisões e insuficiências no texto original, que a Conferência pôde resolver, indicando amadurecimento coletivo do partido na tarefa de elaboração do programa, cabendo ressaltar a rica participação do Comitê de Enlace, através das formulações do POR boliviano, dos argentinos e chilenos. Fica como tarefa para o próximo período o trabalho por penetrar no movimento social as teses marxistas para a revolução agrária no Brasil e melhorar sua fundamentação.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

4ª Conferência Nacional do POR

Escola de Quadros

Em seguida à Conferência, realizamos a II Escola Internacional de Quadros, de formação política, com a participação de camaradas de outras seções do Comitê de Enlace. Os temas debatidos foram as Resoluções do Congresso do POR boliviano aprovadas recentemente e a questão agrária no Brasil.

No primeiro ponto, destacamos a discussão sobre a tarefa de derrotar ideologicamente a burguesia em cada país, cumprida pelo POR boliviano e ainda por cumprir nas outras seções. Trata-se de responder, pelo programa revolucionário, a todos os principais problemas colocados pela realidade nacional de cada país, não resolvidos pela burguesia nati-

va. Este é um passo fundamental na luta pela revolução proletária. Debateu-se também o esgotamento das ilusões democráticas das massas bolivianas e a influência do trotskismo no país. O esgotamento das ilusões democráticas significa que as massas em luta não se voltam para o parlamento e eleições (como acontece no Brasil, Argentina etc.), e sim diretamente contra o governo e a burguesia, desprezam as eleições e suas lutas adquirem caráter insurrecional. A influência do trotskismo se vê, por exemplo, quando as massas empunham nas ruas as bandeiras do POR, ainda que este não esteja fisicamente presente; pelo sistemático ataque da imprensa e governos

burgueses ao POR, responsabilizando-o por todas as lutas de massa; e pela penetração das obras do POR nas escolas e academia bolivianas. Ressaltou-se a principal conclusão das resoluções, que é a autocrítica quanto à necessidade do partido se constituir em direção física das massas, de modo a canalizar as lutas futuras diretamente para a tomada do poder político pela via da revolução proletária.

No ponto da questão agrária, retomaram-se as questões debatidas na conferência, particularmente as da caracterização histórica do país e da reforma agrária como parte da revolução agrária, que é subproduto da revolução proletária.

Debate sobre a questão da terra

O Partido Operário Revolucionário, dando continuidade à formação política sobre o problema da terra, debateu no dia 17 de dezembro a história da reforma agrária, a atual estrutura fundiária e o programa do MST. Sobre a história da reforma agrária, em que se engloba o programa do MST, resumimos as principais idéias.

A luta pela terra foi o resultado da dominação e da política do Estado português de ocupar a terra e oferecer, através de concessões, as sesmarias. Estas se transformaram em enormes latifúndios de produção agrícola para exportação. Durante séculos, o latifúndio impediu o surto da pequena propriedade. O ordenamento jurídico de 1850 (Lei das Terras) legitimou a posse das antigas sesmarias aos grandes proprietários. A terra passou, a partir daí, a ser mercadoria. Os latifundiários, além de comprar as terras, exerceram poder de pressão sobre as terras ocupadas pelos posseiros, que não tinham condições econômicas de disputar com os latifundiários o mercado da terra. Os conflitos no campo se agudizaram.

Os movimentos de resistência dos camponeses contra a exploração e a ofensiva dos latifundiários sobre as áreas ocupadas pelos posseiros foram intensos em toda a fase do império e início da república. Já no período de 1940 a 64, os conflitos de Trombas e Formoso (Goias), Guerrilha de Porecatu (Paraná), a mobilização dos camponeses através da ULTAB, do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-terra, Rio Grande do

Sul, sob a influência do PTB de Leonel Brizola) e o surgimento das Ligas Camponesas (com a tomada do Engenho Galiléia) marcaram o início da história pela reforma agrária no Brasil.

A repressão aos movimentos sempre foi intensa. Por outro lado, não pôde extirpar a luta camponesa. Dessa forma, o Estado através da legislação (Constituição) procurou impor condições para desapropriação de latifúndios. Dessa forma, na Constituição de 1946 previa a “desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou ainda por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. A reforma agrária governamental criou o obstáculo da “justa indenização”. O que levou a Comissão de Política Agrária (1951) a estabelecer o princípio de que no caso de desapropriação por interesse social, a “justa indenização” seria o “custo histórico da propriedade, acrescido do valor das benfeitorias e dos impostos pagos”. O empecilho de ser pago a indenização previamente e em dinheiro fez com que a reforma agrária se tornasse letra morta. O Estado não tinha como pagar o valor estipulado pelos latifundiários pela desapropriação. Foram 15 anos sem apro-

var nenhum dos projetos que estiveram no Congresso Nacional, que tinham como objetivo instituir uma reforma agrária. As tentativas dos parlamentares como Nestor Duarte em 1947, 51 e 53 e Coutinho Cavalcante em 1954 mostraram bem o controle que sempre existiu da oligarquia sobre o Estado e o Parlamento. Por mais limitada, mesmo prevendo indenização, a classe latifundiária impediu a reforma agrária.

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), sob a diretriz política do Partido Comunista, defendia uma “reforma agrária democrática”, ou seja, uma distribuição de terra para atingir os lavradores sem-terra ou com poucas terras. Foi no I Congresso Nacional dos lavradores e trabalhadores agrícolas que aprovou-se a bandeira de uma reforma agrária radical e a criação de um Estatuto do trabalhador rural, sob a pressão dos camponeses vinculados às Ligas. A consigna de “reforma agrária na lei ou na marra” separou politicamente a orientação do Partido Comunista da de Francisco Julião, dirigente das Ligas Camponesas. A raiz das divergências estava em que o PCB pretendia, através da ULTAB e de algumas associa-

ções rurais, mobilizar os assalariados rurais na tentativa de criar organizações legais, usando a sindicalização rural. A linha política do PCB no V Congresso (1960) era de que a luta pela reforma agrária deveria estar ligada às necessidades táticas da etapa “nacional democrática”, o que exigia uma frente única ampla. O que levou o PCB a se posicionar por uma reforma agrária baseada na desapropriação, tomando por base o valor fiscal da terra, portanto defendendo o critério da desapropriação com indenização. O caminho para isso era o de iniciar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades improdutivas. Essa posição do partido comunista mostra bem a traição do estalinismo à causa camponesa. Por outro lado, as Ligas vão estar sob a influência da revolução cubana e o parlamentar Julião defendia a possibilidade de uma revolução socialista, tendo como base o campesinato e a luta armada. A política de privilegiar o campesinato como dirigente da revolução socialista mostra a influência Castro-maoísta de Julião (não-marxista). O campesinato, por mais pobre que seja, aspira a propriedade privada (terra), embora realize movimentos radicais contra o Estado e a classe latifundiária. Aspira a propriedade privada devido ao lugar que ocupa nas relações capitalistas de produção. A mudança na estrutura latifundiária da terra é parte da revolução proletária. A classe operária é protagonista da luta revolucionária e só imporá derrotas à burguesia se estiver em aliança com o campesinato pobre e os trabalhadores médios arruinados. As posições conciliadoras do PCB e o agrarismo radical de Julião acabaram por desarmar o movimento camponês.

As direções dos movimentos pressionavam João Goulart a implantar sua política de reformas de base. Em 1963, Goulart levou ao Congresso Nacional o projeto de reforma agrária, que foi vetado pela oligarquia. O governo nacionalista se mostrou completamente submisso às forças reacionárias da burguesia. De forma que a prometida reforma agrária se resumiu a um decreto de desapropriação de terras situadas às margens das estradas, ferrovias, açudes etc. O crescimento das mobilizações camponesas, a agudização da luta de classe no campo, as exigências de reforma agrária na “lei ou na marra” foram

decisivos para investida militar. O golpe militar de 1964 e a longa ditadura sanguinária que se apossou do poder do Estado foram responsáveis pela destruição física das principais lideranças. O PCB com a estratégia da revolução democrática-burguesa não pôde preparar a resistência das massas operárias e camponesas para enfrentar a ditadura militar. Sob a base do terror, os militares impuseram o Estatuto da Terra (novembro/64). Tanto a reforma agrária pela via da democracia burguesa, por meios pacíficos e legais, como propunha o PCB, ou pela via foquista (centro de treinamento castrista) como chegou a apregoar um setor dirigente das Ligas Camponesas expressaram uma política do nacionalismo burguês, daí sua dependência às reformas de base que deveriam ser implantadas por João Goulart.

A ditadura militar de Castelo Branco decretou a lei 4504, conhecida como Estatuto da Terra. Esta altera o artigo da Constituição de 1946 e determina que em caso de “desapropriação de terras por interesse social”, o pagamento da indenização deveria ser feito em títulos da dívida pública. Tratava-se de um punhado de leis agrárias de favorecimento à empresa rural, que ficava fora de qualquer possibilidade de desapropriação. Para isso, o crédito rural subsidiado pelo Estado estava à disposição de todo o latifúndio para que se transformasse em empresa rural. Portanto, o Estatuto da Terra tinha um destino certo: o fortalecimento da burguesia rural. Isso favoreceu não só o latifúndio na região Norte, mas também no sul do país, onde a presença da pequena e média propriedades parecia mais estável. Não é por acaso que somente nos anos 70, nos Estados do Sul, meio milhão de pequenos proprietários perderam suas terras. O acesso à formação da empresa rural não se limitou à burguesia nacional. Ao contrário, foi o período em que o capital estrangeiro se apossou de imensas áreas nas regiões Norte, Centro-Oeste etc.

A “reforma agrária” da ditadura militar passou a ser de domínio da Segurança Nacional. A finalidade era de neutralizar as ações dos movimentos camponeses. Os órgãos executivos para a reforma agrária, Geban, Getat, Incra e Funai estavam subordinados ao Conselho de Segurança Nacional. Estes órgãos se concentraram nas áreas de tensão e

conflitos, a exemplo de Tocantins e Araguaia. Durante a vigência do Estatuto da Terra nada foi alterado da estrutura fundiária. De um lado, agravou-se a concentração de terras. Os incentivos à agro-indústria nas regiões Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, através da monocultura para a exportação (soja, laranja etc.) atestam os objetivos das leis agrárias da ditadura militar. De outro, os camponeses pobres não tiveram acesso à terra. Houve expulsão em massa de colonos, parceiros e assalariados do campo para as cidades. Tratou-se, portanto, da intensificação da concentração de terras e da expulsão dos camponeses. Não é por acaso que o terror militar não pôde evitar os conflitos armados pela posse da terra.

No final dos anos 70, como consequência da retomada dos movimentos pela terra, foi realizado o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da CNBB foi lançado um manifesto reivindicando a reforma agrária. Dizia o manifesto que a reforma agrária não poderia mais ser adiada e que essa era a via de os sem-terra se integrarem a uma “sociedade humana e justa”. O documento assinado pela Contag, CPT e CNBB procura convencer os camponeses da possibilidade de distribuição de terra e solução da miséria sob o capitalismo, utilizando-se do lema burguês de “sociedade humana e justa”. A retomada das mobilizações camponesas se deu no momento de ascenso do movimento operário. As greves do ABC/São Paulo (1979/80), a fundação da Central Única dos Trabalhadores (1983) e a criação do Movimento Sem-Terra (MST), em 1984, são provas do ascenso dos trabalhadores da cidade e do campo.

A abertura democrática promovida por setores da burguesia, com apoio do imperialismo, desembocou em uma Constituinte, cujo objetivo foi o de “remover o entulho autoritário”. A Igreja, reformistas, estalinistas e burocratas sindicais incentivaram a ilusão de que se poderia com milhões de assinaturas colhidas em abaixo-assinados convencer os parlamentares ditos progressistas a aprovarem uma série de conquistas sociais, entre elas o compromisso da reforma agrária. A não ser o que já se havia conquistado com greves, nada mais foi possível. A idéia de facilitar as

desapropriações de terras sob o conceito de “função social da propriedade”, que, por sua vez, estava ligado à distinção entre terra produtiva e improdutiva, não passou de retórica clerical e reformista. Uma máscara que acoberta a estrutura latifundiária capitalista atrasada, típica da formação semicolonial do Brasil. A oligarquia latifundiária se movimentou e anulou o reformismo. A Constituinte não passou de negociata entre os partidos da burguesia para amparar as novas relações de força no Estado.

O governo Sarney apresentou um plano de reforma agrária sob a diretriz dos assentamentos. Planejou assentar milhares de famílias sem-terra, regularizar a situação dos posseiros e proteger os pequenos e médios agricultores. Colocou no Ministério de assuntos fundiários um representante da Igreja, defensor da distribuição de terra pela via de entendimento democrático entre camponeses, latifundiários e governo. Fracassou completamente. O governo da oligarquia, disfarçado de progressista, não cumpriu minimamente as metas de assentamento fixadas, que mesmo realizadas não passariam de uma paródia de reforma agrária. A organização camponesa que crescia ocupando terras teve de enfrentar a UDR, formada contra qualquer mudança favorável à desapropriação, ainda que não afetasse o direito burguês de propriedade e mantivesse protegida a estrutura concentrada, e que sobretudo objetivava armar milícias particulares. Hoje, bastante disseminadas. A tese de uma ampla negociação nacional entre as forças que comandam o Estado para distribuir parte das terras e desconcentrar riquezas não passou de uma fraude, na qual os reformistas e burocratas sindicais jogaram papel de freio das lutas e de incentivo às ilusões democráticas.

Fernando H. Cardoso foi considerado um dos progressistas, desde o antigo MDB, momento em que chegou a ter apoio quase unânime da denominada “esquerda”, que incluía até mesmo uma parcela de fantasiados de trotskistas. Mas foi apoiado mais pelos estalinistas e reformistas clericais. Atualmente, todos tributários do PT. Em seu governo, FHC não fez senão dar continuidade ao plano Sarney, um pouco mais modesto nas metas de assentamento. O que lhe permite fraudar melhor os números. O movimento sem-terra cresceu sob seu gover-

no por intermédio das ocupações. Por isso, tem se destacado como governo repressivo, que com uma mão oferece migalhas e com outra golpeia os camponeses. Frente ao avanço das ocupações tomou medidas legislativas para cercar o movimento das massas camponesas, como a proibição de desapropriar terras ocupadas. Criou o Banco da Terra e organismos de financiamento de pequenos e médios produtores, com o objetivo de mascarar sua política pró-oligarquia e justificar a repressão aos trabalhadores do campo. Foi sob esse governo que ocorreram as duas maiores chacinas dos últimos tempos aos camponeses (Corumbiara e Eldorado dos Carajás).

O MST tem por programa a reforma agrária dos assentamentos e cooperativas. Mantém a distinção de terras produtivas e improdutivas, bem como o conceito burguês de função social da propriedade. Está de acordo com a indenização dos latifundiários e apregoa uma política agrária voltada aos pequenos e médios produtores dentro da ordem vigente. Reconhece que a destruição geral da estrutura latifundiária não é possível sob o domínio burguês das terras, mas toma esse reconhecimento para justificar a via dos assentamentos. Acredita que acumulará forças para alcançar um governo democrático e popular - bandeira de poder do PT reformista e do estalinismo - que teria a virtude de transformar o atual Estado oligárquico em Estado democrático e popular. Apesar dos dirigentes do MST não desenvolverem, no Programa, os fundamentos do Estado popular, está evidente que se trata do mesmo Estado capitalista, só que dirigido por forças reformistas. Esconde-se com essa formulação os fundamentos de classe do Estado e sustenta-se a ilusão da possibilidade de concretização de uma política distributiva sob a ordem democrático burguesa. Trata-se da tese de eleger um governo de frente popular, um legado do estalinismo/castrismo assumido pelo PT e seus defensores, inclusive pretensos trotskistas. Na realidade, nega-se a revolução agrária, que virá no bojo da revolução proletária.

Nesse resumo, podemos observar o fracasso da burguesia em assumir a tarefa democrática de transformar a velha estrutura latifundiária e a divisão social

do trabalho que vem desde a Colônia, em que os camponeses em formação cumpriam a função de produzir para servir à economia agroexportadora, à monocultura e ao regime latifundiário das terras. A luta de classes no campo desde cedo foi cruenta. E chega ao nosso tempo com possibilidades revolucionárias. O Estado burguês se caracterizou por expressar o poder oligárquico dos latifundiários. Apesar de adaptações políticas e institucionais, o Estado não mudou essa essência oligárquica nem vai mudar. Reflete a estrutura econômica do capitalismo semicolonial e sua classe burguesa. Isso explica, em grande parte, por que a reforma agrária nunca foi tratada a sério pelo Estado. A linha dos assentamentos e incentivo aos pequenos produtores para se capitalizarem foi traçada inclusive pelo imperialismo, já na década de 40, como forma de se integrar o camponês e amortecer a luta de classe no campo e na cidade. Mesmo essa política não tem tido grandes alcances. E o Estado responde a esse fracasso com repressão ao movimento camponês. As Ligas Camponesas constituíram um movimento organizado pela reforma agrária, utilizando do método da ocupação. Assinalaram um caminho distinto do da burguesia e seu Estado, incluindo o plano do imperialismo. Entretanto, não puderam constituir uma direção revolucionária, que expressasse o programa da revolução proletária para a questão da terra. A direção pequeno burguesa nacionalista mostrou-se submissa às teses do nacional-castrismo e às reformas de base do governo burguês de Jango. A tarefa de lutar por um governo operário e camponês para derrotar a burguesia e destruir o poder oligárquico não pôde ser levantada. Não havia o partido revolucionário, portador do programa. O estalinismo fracassou nessa tarefa e fortaleceu a reação oligárquica. Na atualidade, o problema volta à tona. O MST representa um vigoroso movimento de massa no campo, mas dotado de um programa reformista (não confundir com a defesa tática de reformas). A tarefa essencial ao respondermos à luta de classes no campo é a de construir o partido do proletariado, sem o qual o movimento camponês não poderá se aliar à classe operária para derrubar a reação burguesa e imperialista.

O POR discute a Estrutura Agrária do Brasil

A estrutura agrária do Brasil é resultado de sua formação histórica de país semicolonial, capitalista atrasado. Dos cerca de 850 milhões de hectares da área territorial, apenas cerca de 350 milhões estão registrados como estabelecimentos agrícolas. Destes, apenas 171,5 milhões são utilizados, seja como lavouras permanentes e temporárias, pastagens, matas plantadas, terra em descanso ou terra produtiva não utilizada. A área total de lavoura cultivada (temporária e permanente) não passa dos 42 milhões de hectares. Esses dados mostram que as terras do país são pouco ocupadas para produção agropecuária.

A concentração de terras é uma das principais características da estrutura agrária brasileira. Cerca de 1% do total dos proprietários (que têm mais de 1000 hectares sob controle) detêm 45% da área total demarcada. Os pequenos proprietários (até 100 hectares) representam 90% do total, e detêm apenas 20% da área. Esta grande concentração das terras se formou em duas grandes etapas. A primeira, mais antiga, foi o prolongamento da estrutura colonial das sesmarias, formadoras dos primeiros latifúndios, que a partir de 1850 (Lei da Terra) deram origem à terra como mercadoria e propriedade propriamente capitalistas. A segunda, mais recente, vai da década de 1940 a

1970, quando as pequenas propriedades foram o instrumento para a expansão das fronteiras agrícolas do país, que levaram a um crescimento da área total ocupada em 50%, e mais 28% nos 15 anos seguintes. Já no período da ditadura militar, essas áreas foram passando às mãos dos grandes proprietários, principalmente pela via da falência dos pequenos camponeses. Nos anos seguintes, temos a consolidação dessa tendência concentracionista: de 1985 a 1996, a redução do número total de proprietários nesse período foi de 941.944, dos quais 96% eram pequenos estabelecimentos. Ou seja, o método da expansão agrícola no país foi a utilização dos pequenos posseiros para o desbravamento, e a passagem dessas terras para os grandes proprietários, pela pressão das leis da economia capitalista.

A produção agrícola brasileira está no mesmo nível das 80 milhões de toneladas de grãos há cerca de dez anos, sendo a sua variação decorrente fundamentalmente das mudanças sazonais (climáticas). A pequena propriedade (até 100 hectares) ocupa um papel central na produção dos principais produtos agrícolas e pecuários, sendo seguida pela média propriedade (de 100 a 1000 hectares):

Produto	algodão	arroz	batata	cana	feijão	fumo	mandioca	milho	soja	tomate	trigo
Pequena	44%	29%	64%	12%	79%	98%	85%	44%	25%	67%	45%
Média	34%	40%	27%	38%	16%	2%	13%	36%	40%	25%	44%

Produto	banana	cacau	café	coco	guaraná	laranja	maçã	pimenta	uva	castanha
Pequena	75%	60%	54%	59%	81%	38%	25%	51%	84%	64%
Média	2%	40	41%	23%	18%	43%	39%	41%	11%	30%

A pequena propriedade domina a maior parte dos itens, perdendo apenas para a produção em médias propriedades em produtos voltados à exportação (soja, maçã, laranja). O que comprova que a formação histórica do país, em que tem ocupado o papel de produtor de matérias primas na divisão social mundial do capitalismo e onde os produtos de consumo interno ficam sob a responsabilidade do pequeno camponês, se estende até nossos dias.

O latifúndio produz pouquíssimo. Interessa-se apenas por cana, algodão, arroz, soja, e milho. As receitas proporcionadas pelas atividades agropecuárias no período de 01/08/95 a 31/07/96, alcançaram R\$ 43,6 bilhões, com os estabelecimentos menores de 100 ha respondendo por 43% desse total; os de área entre 100 ha e 1.000 ha, com 33%; entre 1.000 ha e 10.000 ha, 19%; e os acima de 10.000 ha, com apenas 4% do valor total da agropecuária, com R\$ 1,7 bilhão de reais.

O investimento no campo também é feito na maior fatia pelos pequenos proprietários. Do total de R\$ 7.722.635 mil em investimentos realizados entre 01/08/95 a 31/07/96, em terras, instalações e benfeitorias, plantio de culturas permanentes, veículos, máquinas e implementos, etc., os estabelecimentos inferiores a 100 ha responderam por 38% (R\$ 2.952.157 mil), contra 35% dos estabelecimentos entre 100 ha e 1.000 ha. O investimento latifundiário é muito pequeno.

O total de trabalhadores agrícolas atinge cerca de 17 milhões de pessoas. Os estabelecimentos menores de 10 ha ocuparam 40,7% da mão-de-obra. Os de 10 ha a menos de 100 ha, 39,9%. Os de 100 ha, a menos de 1.000 ha, 15%. Os acima de 1.000 ha, 4,2%.

A posição reformista

Diante desses dados, o reformismo (PT) formula a política do fortalecimento da pequena propriedade através dos assentamentos. Sua justificativa é o fato das pequenas propriedades concentrarem a produção, investimentos e mão-de-obra agrícolas. Assim, busca o fortalecimento da correlação de forças pela via democrática burguesa, ampliando o número de pequenos proprietários e aumentando sua força eleitoral e parlamentar, de forma a um dia atingir o governo democrático e popular, em aliança com setores da chamada burguesia progressista, e a partir desse governo realizar a reforma agrária.

Essa política está destinada ao fracasso. Isto porque a tendência, sob o modo de produção capitalista e o controle do capital financeiro sobre as terras, é a de empurrar os pequenos proprietários para a falência, possibilitando a incorporação das terras aos latifúndios, aumentando a concentração fundiária e a crise da produção agropecuária brasileira.

A posição revolucionária

O POR, sobre a base desses dados, reforça a caracterização do país como capitalista semicolonial atrasado. Esses dados servem para comprovar o tremendo atraso da economia no campo, que depende de trabalho com pouquíssima aplicação de tecnologia e baixa produtividade. A tendência concentracionista reforça a necessidade da unidade do campesinato com o proletariado nas cidades, para derrotar o mesmo inimigo, que é o capital financeiro, proprietário dos latifúndios.

A grande massa de pequenos camponeses mostra a necessi-

dade do partido operário formular uma tática correta, que permita a construção da unidade operário e camponesa. O que significa apoiar a luta do pequeno camponês pela terra, mostrando-lhe que isso só será possível com a revolução agrária. Esta significa a expropriação sem indenização de todo grande latifúndio e coletivização onde for possível, de modo a ir implantando o modo de produção socialista e convencendo os pequenos e médios camponeses a pacificamente aderirem à coletivização. A entrega das terras aos camponeses é parte da revolução agrária e depende da aliança operário camponesa e da revolução proletária.

Modo petista de governar – a experiência Marta

Ficou evidente que a vitória de Marta Suplicy dependeu de ostensivo apoio de setores da burguesia. O chamamento do PSDB para que se votasse em Marta, no segundo turno, refletiu a presença do grande capital por detrás da candidatura.

A posse de Marta foi rodeada pelo governo do Estado de São Paulo. Mário Covas ocupou o lugar de destaque no cerimonial burguês. Marta Suplicy agradeceu a ajuda do governador e ainda mostrou-se favorável a uma parceria administrativa. A demagogia petista contra o neoliberalismo mostra-se de corpo inteiro.

No principal Estado da federação, a vitória do PT para a prefeitura obriga-o a expor o fundamental de sua política, que é auxiliar a burguesia a administrar o capitalismo em crise. Aqueles que imaginavam uma oposição séria e radical aos planos pró-imperialistas do governo FHC, fortalecida pelas vitórias municipais, se enganaram completamente.

O modo petista de governar é apenas uma variante da política pró-capitalista e não tem como se apoiar nas massas contra as medidas antinacionais e antipopulares da aliança PSDB/PFL/PMDB. A disposição dos petistas de cumprir as metas fiscais do governo federal - essenciais para o pagamento das dívidas interna e externa - é o indicador mais claro da capitulação do reformismo.

A plataforma eleitoral de Marta de "incluir os excluídos" está na dependência das migalhas de um orçamento quase na sua totalidade comprometido com o endividamento e gastos perdulários

com os capitalistas que parasitam a máquina do Estado.

A pedra de toque da "inclusão" é o da "renda mínima". Essa consiste, segundo o projeto petista, em complementar a renda das famílias que ganham até três salários mínimos e que tenham filhos menores de 14 anos nas escolas. A complementação seria de um terço. "Por exemplo: uma família com renda de R\$200,00 receberia uma complementação mensal de R\$ 84,30" (*Folha de SP*). Certamente, uma esmola do Estado burguês. Mas mesmo assim os porta-vozes de Marta explicaram que não há recursos para a aplicação ampla do programa.

Imediatamente, Marta saiu à procura de uma "parceria" com o Ministro da

Educação de FHC, que negou.

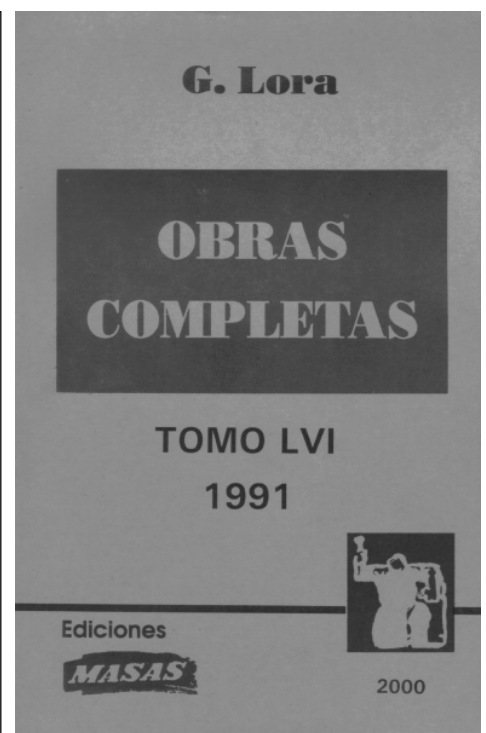
Tudo indica que a farsa petista será revelada mais cedo do que se imagina à população empobrecida e faminta. As migalhas não cairão da mesa dos capitalistas simplesmente porque os reformistas pequeno burgueses aspiram diminuir um pouco o precipício que separa a minoria milionária da maioria miserável.

Os trabalhadores conscientes deverão lutar para que essa maioria tome em suas próprias mãos as bandeiras contra a fome e a opressão dos exploradores. Trata-se de denunciar a manobra burguesa da "renda mínima" e defender o salário mínimo real, calculado segundo às necessidades da família trabalhadora.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Obras Completas de G. Lora

Toda a trajetória do trotskismo boliviano em 56 voilumes de cerca de 550 páginas cada, que chegarão a mais de 60 volumes no total, expressando a derrota ideológica da burguesia, passo inevitável no caminho da revolução proletária.



A luta em Extremoz, Maxaranguape e Ceará-Mirim (RN)

Os municípios de Extremoz, Maxaranguape e Ceará-Mirim são exemplos da desintegração do capitalismo, onde os servidores sofrem com o atraso de pagamentos e a população não tem assistência nas áreas de saúde e educação. Os governos (PMDB/PPB), além de cumprirem toda política neoliberal (corte de gastos, privatizações, destruição dos serviços públicos, arrocho salarial etc.), usaram da corrupção, que é parte inerente

do sistema capitalista. Toda política implementada por Valter Soares, Núbia Costa e Roberto Varela só veio a atender os interesses do FMI/Banco Mundial que são os de cumprir com o pagamento das dívidas dos grandes especuladores financeiros nacionais e internacionais. A retirada das necessidades mais elementares da população só vem demonstrar o quanto os representantes da burguesia são incapazes de se contraporem aos receituários neoliberais.

Diante de tais medidas, os trabalhadores lançaram-se a luta. Foram realizadas várias atividades. Assembléias, greves, bloqueio de avenidas, ocupação de escolas e cerco à prefeitura. Ante a resistência das massas, os prefeitos usaram a repressão policial e o contaram com o apoio do judiciário contra os mesmos. Como vemos, a democracia não passa de uma cortina de fumaça para encobrir a exploração e opressão de classe. As eleições em nada mudarão a situação dos trabalhadores, pois a política neoliberal continuará sendo implementada agora pelos governos do PSDB (Enildo, Amaro e Ednólia) partido de FHC.

o isolamento da luta:

A luta travada pelos traba-



lhadores nos três municípios contra os prefeitos entreguistas e o governo do estado encontrou na burocracia colaboracionista (Sinte estadual, CUT) e nos partidos PT/PCdoB o seu inimigo mortal.

Essa burocracia, em nível estadual, diante da luta, não convocou assembléias nas bases para não colocar em andamento um movimento forte e unificado, pelo contrário, tratou de estrangular o movimento (politicamente e economicamente). De forma vil, colaborou com os prefeitos que responderam organizados e centralizados pelo governo do estado.

A direção do movimento

O movimento, que tem em sua direção o POR (Partido Operário Revolucionário), trabalha no sentido de unificar a luta de todos os setores oprimidos. Sem-



pre mostrando que os problemas dos trabalhadores devem ser resolvidos por eles mesmos através da luta e do método da ação direta (greves, ocupações etc). Nesse sentido, O FCOSP (Fórum Contra a Opressão Social e Política) constitui uma ferramenta de luta e unidade dos explorados contra os exploradores, apesar das correntes que nele atuam, incluindo o PT, atuarem contra o movimento.

As lições da luta

A experiência vivida nos três municípios mostra que a burguesia age de forma organizada e centralizada para reprimir qualquer manifestação. Portanto, algumas medidas são necessárias para o enfrentamento dos trabalhadores com os novos exploradores de plantão: a) a unidade do movimento (setores oprimidos); b) derrotar a burocracia colaboracionista e traidora do movimento; c) criar imediatamente comitês de luta que darão sustentação a luta; d) constituir as assembléias populares que organizem a população explorada.

Para isso, é preciso também, que os operários, estudantes, desempregados, sem terra, sem teto e todos os oprimidos

do campo e da cidade compreendam a importância de construir o seu instrumento de luta política, o partido operário revolucionário, que defende a organização e a mobilização dos trabalhadores através da ação direta para destruir o capitalismo e implantar o governo operário e camponês. Pois só com o fim do capitalismo e a criação de uma sociedade socialista os trabalhadores terão suas reivindicações atendidas.

Comitê contra a opressão social e política e de solidariedade nacional e internacional de Porto Velho (RO)

Reproduzimos abaixo trecho de convite para reunião do Comitê, distribuído no mês de dezembro de 2000.

O Comitê Contra a Opressão, Social a Política e de Solidariedade Nacional e Internacional é uma organização que tem por finalidade unificar as diversas entidades de lutas contra toda opressão sobre os oprimidos, compreendendo estes como os trabalhadores empregados e desempregados e a opressão social e política, como a expressão de todas as mazelas provocadas pelo sistema capitalista sobre as massas. Compreendendo também que a solução para superar todos estes sofrimentos diz respeito a construção da sociedade socialista, fruto da revolução social, que será obra da aliança operário camponesa (de todos os explorados), organizados em torno de um Partido Programa.

Por estas e outras razões, o COMITÊ CONTRA A OPRESSÃO SOCIAL E POLÍTICA E DE SOLIDARIEDADE NACIONAL E INTERNACIONAL está convidando os dirigentes dessa entidade para uma reunião de fortalecimento deste Comitê, haja vista o aprofundamento da miséria, o crescente desemprego, saques sobre os países semicoloniais e superexploração das massas nestes países e o aumento da repressão, com perseguições, prisões políticas e mortes de manifestantes, fazem parte das ações dos governos fascistas na tentativa de conter as lutas do povo onde quer que elas se expressem, sobretudo quando respaldadas por ações diretas (ocupações, bloqueios, saques etc.).

Participar da luta contra a opressão social pressupõe participar da luta em defesa da destruição do capitalismo - sistema econômico responsável por todas as mazelas vivenciadas pelas massas, advindas dos projetos políticos - hoje o neoliberalismo implementado pela burguesia e seus representantes nos governos federais dos diversos países do mundo, e seus colaboradores nas mais variadas instituições que têm como objetivo sustentar esse sistema de explora-

ção de uma minoria que vive às custas da exploração do trabalho das maiorias e do aprofundamento da miséria provocada por esses projetos.

Fortalecer as ações diretas e defender a luta das massas em prol da destruição do capitalismo no Brasil ou qualquer parte do mundo a contra a perseguição da burguesia, e a integridade física e a libertação dos presos políticos da Bolívia, do México, dos Estados Unidos e do Brasil (militantes do MST e de outros movimentos populares), é dever de todas as entidades de luta (CUT e sindicatos filiados, Associações de Bairro, Clubes de Mães, entidades estudantis etc), e dos partidos que se reivindicam de defensores das massas, como PT e PC do B.

Os companheiros de luta precisam compreender qual é o autêntico papel da justiça burguesa, que constrói os tribunais para defender seus próprios interesses e perseguir os trabalhadores. É preciso unificar a luta de todos os explorados e defender intransigentemente os companheiros de luta da perseguição da classe burguesa e lutar contra todos os crimes cometidos sobre a classe oprimida.

A repressão sobre os trabalhadores aumenta a cada dia, através de calúnias, espancamentos, chacinhas, processos e prisões. Apenas para dar um exemplo, dos 1167 casos de assassinatos só de trabalhadores rurais cometidos pela burguesia no decorrer dos 12 últimos anos, apenas 86

casos foram julgados e destes, apenas 7 foram condenados. Militantes do MST - o movimento popular que mais cresce no Brasil, foram condenados pela justiça burguesa em São Paulo, sem que se apresentasse nenhuma prova contundente das acusações provocadas por este crime de classe e assim encarceraram Edmar, Benedito, que foi condenado a pagar um pena de reclusão durante 11 anos, Elvis, Valquimar, Edmar, Odair e Rosalino.

Venham participar da nossa reunião de fortalecimento deste Comitê e deliberar ações em defesa dos nossos companheiros em nível nacional e internacional.

**Balanço do
XVII Congresso
da Apeoesp
A diretoria consegue
aprovar uma política
burguesa para o sindicato**

**Adquira com o
distribuidor deste
jornal**

**Corrente Proletária
na Educação
MASSAS - POR**

Mossoró

Planejamento da Corrente Proletária na Educação: organizar a fração sindical oposição revolucionária

A Corrente Proletária na Educação (CPE) surgiu em nossa cidade a partir da evolução política de alguns professores do Estado diante das eleições recentes do SINTE (Sindicato dos Trabalhadores em Educação).

Os descontentes com a direção estadual reformista do SINTE (PT e PC do B) e com a traição do SINTE regional na mais recente greve (PT, PC do B e PSTU) dos professores do Estado juntaram-se ao Partido Operário Revolucionário (POR) e formaram a Chapa 3 - Oposição Revolucionária com base no programa proletário. Após balanço das atividades eleitorais, os professores conformaram a Corrente Proletária.

Apesar da situação inicial da Cor-

rente, sua conformação demonstra os avanços da luta revolucionária. A desintegração do capitalismo nos conduz na defesa da escola pública e contra a sua destruição, para a luta pela Revolução Proletária.

As tarefas para o próximo período

O próximo período será marcado pela campanha salarial. Neste sentido, é importante elaborarmos o Plano de Lutas contendo propostas contra as reformas neoliberais do ensino médio e da educação em geral, como: PDE, ciclos, Parâmetros, municipalização etc. Devemos defender o financiamento total da educação

pelo Estado, uma educação que una teoria à prática (educação vinculada a produção social), salário mínimo de 1900 reais para 20h de trabalho, salas de aula com 20 crianças (no máximo).

O método de luta deve ser o da ação direta, ou seja, a luta unitária da categoria com a união de outros setores dos trabalhadores e as ações de massas nas greves, passeatas de rua, piquetes, ocupações.

A Corrente Proletária na Educação em Mossoró deve realizar um grande trabalho de propaganda e conscientização classista da categoria para consolidar a fração sindical Oposição Revolucionária e, assim, derrotar as direções reformistas e traidoras.



O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora iniciados no Massas n° 160

Manual do Organizador O que fazemos e o que devemos fazer agora (6ª parte)

O êxito no trabalho durante a clandestinidade e sob uma perseguição implacável serve para assentar os requisitos para nos converter em uma poderosa organização, na real direção das massas, que pode nos permitir um crescimento multitudinário, isto no período de ascenso revolucionário.

O que foi dito anteriormente, que é totalmente correto, não deve ser entendido como se este êxito na nova situação sempre ocorrerá, não importando como se atue ou que métodos organizativos se apliquem. Mui-

tos camaradas dão uma resposta equivocada para a caracterização que faz o Partido sobre a importância do trabalho realizado na véspera: limitam-se a esperar passivamente que a vitória venha até eles.

A atitude correta que devemos assumir é diferente: trabalhar para que a possibilidade de nos convertermos rapidamente em direção das massas, consequência da atividade desenvolvida durante a clandestinidade, se transforme em realidade.

A linha política que faz o balanço do trabalho passado e que assinala a mudança da situação que está acontecendo é correta. Neste momento, o principal não é introduzir emendas

radicais, mas a de precisar o desenvolvimento da situação que se transforma.

Podemos dizer que a direção e a militância devem estudar cada trecho do caminho já traçado, a fim de introduzir os ajustes necessários à grande perspectiva assinalada. Temos de dizer que tudo o que foi previsto pelo POR está ocorrendo, o que vem a confirmar a validade de nossa análise.

O que está em discussão é a urgência de se introduzir profundas reformas organizativas. Temos de adaptar o aparato partidário e os métodos de trabalho que permitam retirar todas as vantagens e frutos do grande trabalho realizado na clandestinidade.

O partido e sua relação com as finanças das entidades

O dinheiro das organizações sindicais (operárias, estudantis, camponesas, sem-teto, etc.) não são propriedade de nenhuma corrente política que esteja em seu interior, mesmo que seja direção. O dinheiro pertence aos trabalhadores da base sindical e deve ser utilizado para organizar a luta contra a burguesia e seu Estado, isto é, a serviço da revolução proletária e da emancipação dos trabalhadores.

O programa revolucionário não justifica a utilização do dinheiro dos sindicatos pelo partido que o dirige, mas o proíbe terminantemente. O dever de uma corrente revolucionária é de preser-

var, a todo custo, as finanças das entidades. Portanto, jamais deve se apropriar dos recursos financeiros de uma entidade para seu próprio fim, como a maioria das correntes de esquerda faz, muitas vezes utilizando as finanças para interesses da cúpula dirigente. Nesse sentido, é comum utilizarem às escondidas os cofres das entidades para aparelhar suas atividades. Como também é corriqueiro os privilégios de seus dirigentes nas entidades em relação à sua base.

Há correntes, inclusive, que defendem abertamente a utilização do dinheiro do sindicato pelo partido sem a aprovação da assembléia, com o argu-

mento de que está servindo ao trabalho revolucionário. Ao contrário, consideramos essa prática um roubo do dinheiro dos trabalhadores. O partido revolucionário tem por princípio a auto-sustentação financeira.

As correntes que se dizem revolucionárias e sarrupiam do sindicato é porque estão corrompidas e distorcendo o programa marxista. A seriedade de uma corrente está em não permitir em suas fileiras pessoas que se apropriem do dinheiro dos sindicatos. Isso corresponde à moral revolucionária. Os ladrões do dinheiro dos sindicatos devem ser expurgados pelas bases das organizações de massas.

FRIEDRICH ENGELS - Um breve resumo “Ao lado de Marx, fui sempre o segundo violino...”

Nasceu em 1820 em Barmen, província da Prússia. Filho de um industrial de sucesso, começa a assumir e trabalhar nos negócios da família em 1838, porém, isso nunca o afastou da sua instrução científica e política.

Quando jovem, também sofreu influência da filosofia de Hegel, filósofo idealista alemão que tratava do desenvolvimento do espírito (idéias). A filosofia hegeliana continha um aspecto revolucionário, pois via o mundo em permanente processo de mudança e desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, não considerou o movimento como próprio da realidade objetiva, material, em constante transformação. Compreendendo essa contradição, Engels, assim como Marx, rejeita a concepção idealista, pois não concordava que através do desenvolvimento do espírito (idéia) se pode explicar o movimento da natureza, pelo contrário, é necessário explicar o espírito a partir da natureza, da matéria (concepção materialista).

Engels se tornou um socialista na Inglaterra, quando entrou em contato com militantes do movimento operário inglês, quando começa a escrever para as

publicações socialistas inglesas.

Em 1844, ao passar por Paris, conheceu Marx, com quem se correspondia já há algum tempo. Foi aí que os dois amigos escreveram em conjunto o livro *A Sagrada Família*, um trabalho que contém as bases do socialismo materialista revolucionário. Trata-se de uma crítica a dois outros filósofos, os irmãos Bauer e aos seus discípulos, que repudiavam toda a atividade prática e limitavam-se a uma atitude contemplativa do mundo. Engels e Marx, ao contrário, exigiam uma luta por uma nova ordem social, luta essa que viria do proletariado. Antes mesmo de escreverem juntos este livro, Engels tinha publicado um texto intitulado *Estudo Crítico sobre a Economia Política*, na revista *Anais Franco-Alemães*, editada por Marx e Ruge, onde analisava, de um ponto de vista socialista, os fenômenos do regime econômico contemporâneo. Este contato com Engels contribuiu para que Marx se interessasse e decidisse a ocupar-se do estudo da economia política.

Graças a sua formação, ele vai mais além. Trabalhando ainda em Manchester, e tomando mais contato com a economia política e com a situação dos trabalhadores, começa a percorrer os bairros miseráveis onde

viviam os operários e viu a miséria e os males que os afligiam. Estudou detalhadamente tudo o que já existia sobre a situação destes operários e o resultado foi um livro que saiu em 1845: *A Situação da Classe Operária em Inglaterra*. Muitos já haviam descrito esta situação, mas Engels foi o primeiro a mostrar que a miserável situação econômica em que se encontravam obriga-os a lutar pela sua emancipação definitiva.

De 1845 à 1847, Engels viveu em Bruxelas e em Paris, aliando os seus estudos científicos com uma atividade prática entre os operários destas duas cidades. Marx e Engels entram em contato com uma organização secreta de trabalhadores alemães, mais tarde denominada Liga do Comunistas, que os encarregou de expor os princípios fundamentais do socialismo elaborado por eles. Assim nasceu o *Manifesto do Partido Comunista*, de Engels e Marx publicado em 1848.

Em 1848 estoura a revolução, que começou na França e se propagou para os países da Europa Ocidental, permitindo a Engels e Marx regressarem a sua pátria. Na Prússia, tomaram a direção da *Nova Gazeta Renana*, jornal que centralizava todas as tendências democráticas e revolucionárias do país, contra as forças do governo. Este jornal foi proi-

bido e fechado, Marx foi expulso da Prússia, porém Engels ficou e tomou parte na insurreição armada do povo, combatendo em três batalhas e após a última derrota fugiu para Londres.

Foi também em Londres que Marx veio se fixar. Engels voltou a ser empregado, e mais tarde sócio, da mesma casa comercial de Manchester onde trabalhara nos anos 40. Porém isso não os impedia de estar em estreito contato; escreviam-se quase todos os dias. E muitas vezes Engels ajudou, financeiramente, o amigo que se encontrava em dificuldades.

Argentina

Grande Mobilização dos Desempregados de La Matanza

Mais de 600 trabalhadores desempregados bloquearam a Rodovia Nacional nº 3 na altura do quilômetro 22 (em Isidro Casanova, bairro de La Matanza), na província de Buenos Aires, pedindo pão e trabalho, desde 30/10 até 04/11.

La Matanza é a região mais populosa da Grande Buenos Aires. É também a que concentra a maior taxa de desemprego e de miséria extrema das massas trabalhadoras.

Depois de tanto ouvirem promessas não cumpridas, tanto do governo da província como do nacional, de criar empregos, de realizar paliativos através dos chamados “planos trabalhar”, de distribuição de alimentos, de garantir a educação e a saúde básica, os trabalhadores desempregados de vários bairros decidiram bloquear a rodovia nº 3, uma das rodovias mais importantes da Província, para exigir resposta às suas reivindicações.

Grupos dos vários bairros foram se concentrando próximo ao local do bloqueio, desbaratando a intenção da repressão de impedir o bloqueio. Milhares de desempregados dispostos a enfrentar toda a repressão e com o único objetivo de só voltarem a suas casas com as reivindicações atendidas.

A fome, a miséria extrema, tiveram neste bloqueio sua expressão social irrefutável. A solidariedade do bairro com as reivindicações se expressou na coleta de alimentos (carne, frango, pão, leite, água quente etc.), e com suas presenças durante o dia e a noite, assinalando a perspectiva do levantamento das mas-

Neste período, os dois amigos não se dedicavam apenas ao trabalho científico. Em 1864, Marx fundou a Associação Internacional do Trabalhadores, a Primeira Internacional, assegurando a direção durante dez anos. Engels desempenhou nela, igualmente, um papel considerável.

Em 1870, Engels veio fixar-se em Londres, e sua vida intelectual conjunta, cheia de atividade intensa. Este foi o período mais produtivo de Marx, que em 1867 publicou o tomo I de *O Capital*, porém morreu em 1883, sem ter conseguido completar sua obra. Contudo sua obra já estava rascunhada, e, após a

morte do amigo, Engels, sozinho, continuou a tarefa de redigir e publicar os tomos II em 1885 e III em 1894.

Engels continuou a ser o conselheiro e o dirigente dos socialistas da Europa. Não conseguiu redigir o tomo IV, falecendo em Londres em 1895.

Marx e Engels foram os primeiros a explicar, nas suas obras científicas, que o socialismo não é uma invenção de sonhadores, mas o objetivo final e o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

sas contra o governo burguês do momento por causa dessa situação insustentável: desemprego descomunal e miséria para milhões de trabalhadores, fome, enfermidades por desnutrição de crianças e velhos, alcoolismo, drogas, prostituição etc.

Manifestam o grau de desintegração social, familiar e individual desta sociedade, carcomida pelo sistema capitalista, esgotado a nível mundial, que exige sua morte ou a marginalidade da enorme maioria da sociedade, para poder sobreviver a sua decrepitude.

A direção dos trabalhadores desocupados, nesse bloqueio, foi a Corrente Classista e Combativa (CCC) e a Federação Nacional dos Trabalhadores pela Terra, pela Moradia e pelo Habitat (FTV) da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA); que terminou com um acordo com os governos municipal, provincial e nacional. O acordo alcançado foi festejado como um triunfo apesar de não atender todas as reivindicações dos demitidos de La Matanza, mas considerado importante por sua direção nacional (De Genaro e o “cão” Santillan).

O que mais se destacou foi a ausência da intervenção do movimento operário organizado, pois isto poderia potencializar a luta dos trabalhadores em nível nacional e impor a conquista de suas reivindica-

ções: trabalho, salário equivalente ao custo da cesta familiar, divisão das horas de trabalho disponíveis entre todos os trabalhadores sem diminuir o salário, direito à saúde e educação laica e científica que a ligue à realidade sócio-econômica do país, seu direito à moradia, recreação etc.

Em que pese a necessidade histórica dos trabalhadores de sua unidade organizativa em uma única central sindical, nenhum dos setores em que o movimento se encontra atualmente dividido (CGT-MTA-CTA) desenvolve uma política por sua unificação. Esta situação favorece exclusivamente à burguesia em detrimento dos trabalhadores. Pelas características da luta que devemos desenvolver, como classe social, contra a superexploração capitalista que padecemos, é imprescindível uma unidade básica com um programa que unifique o conjunto da luta dos trabalhadores (ocupados e desocupados) e do conjunto dos oprimidos sob nossa estratégia de classe: antiimperialista e anticapitalista, até libertar a nação do jugo imperialista e as massas da exploração capitalista, até nosso objetivo de classe, socialista.

(extraído do ‘Masas’ argentino n.º 152 de 02/12/00)

Bolívia

A crise econômica capitalista esgota sem piedade os países atrasados

A extrema miséria obriga os bolivianos a emigrar massivamente a outros países, principalmente Argentina, Estados Unidos etc., onde são submetidos à superexploração com traços escravistas.

O jornal francês “Le Monde Diplomatique”, em sua edição de novembro, traz referências e estudos sobre a situação de miséria que impera nos países que dependem das metrópoles imperialistas, sendo as crianças as principais vítimas.

“Surpreende que a Europa, de nariz empinado, se visse obrigada a reunir na ‘**Conferência de Barcelona**’, em 14 de novembro, Ministros de Assuntos Exteriores da União Européia dedicada ao Mediterrâneo. A maior parte dos países da margem sul continua buscando um progresso social, cultural e econômico.

Quase todas as políticas levadas a cabo desde os processos de independência fracassaram por causa do peso excessivo do clientelismo e da corrupção. Depois de anos de ajustes estruturais que agravaram as desigualdades, os países da margem sul do Mediterrâneo buscam um novo caminho que lhes permita (associa-

dos com os países da margem norte) impulsionar finalmente seu desapego econômico, cultural e democrático”.

As metrópoles imperialistas não somente desenvolvem uma política opressora, colonialista, exploradora, como também discriminatória e até ofensiva.

Mas continuamos com o “Le Monde”: “Sucedem-se os informes das instituições internacionais que chamam a atenção sobre a sorte das crianças do Terceiro Mundo”.

“Atualmente, 6 em cada 100 bebês não chegam ao seu primeiro ano de vida, e 8 de cada 100 crianças que sobrevivem morrem antes de completarem 5 anos ... De hoje até 2025, a população mundial aumentará em dois bilhões de seres humanos. A quase totalidade destes (cerca de 97%) nascerão em países do hemisfério sul e conhecerão uma infância miserável com graves carências em matéria de alimentação, de água potável, de educação e de saúde. Em certos países da ex-URSS, a queda das antigas estruturas de solidariedade social deixou desamparadas milhares de crianças, que passaram a viver por sua própria conta, em

particular na Ucrânia, país em que recordamos que sofreu, sob o regime de Stálin em 1933, uma terrível fome que causou mais de 4 milhões de vítimas e que empurrou os camponeses a comerem seus próprios filhos mortos ...”

“Neste sentido, como não pensar no corrosivo panfleto do escritor irlandês Jonathan Swift, escrito em 1729, ‘**Moderata Proposição Sobre as Crianças na Irlanda**’. Para protestar contra a situação de tremenda miséria por que passava a Irlanda sob o domínio Inglês, Swift, em tom feroz e desesperado, chega a escrever que os irlandeses considerariam ‘como uma grande felicidade se tivessem sido vendidos para serem comidos com a idade de um ano e evitarem assim a opressão dos proprietários e toda uma série de infortúnios pelos quais passaram’”

Para acabar com esta vergonha devemos impor a destruição da opressão imperialista, a grande propriedade privada dos meios de produção, as multinacionais, e consumir a revolução social para pôr em pé a ditadura do proletariado, ou seja, a sociedade sem classes sociais.

(extraído do ‘Masas’ boliviano nº 1741 de 01/12/00)

Violência Reacionária e Violência Revolucionária no Chapare

O enfrentamento permanente entre camponeses produtores da folha de coca e as forças repressivas do governo, e que vem desde mais de uma década atrás, deixou como saldo uma pilha de cadáveres, em sua maioria camponeses humildes, suas mulheres e filhos. Não esquecemos por exemplo o que foi chamado de “Massacre de Vila Tunari”, durante o governo passado do MNR.

Hoje, o governo da megacoalição vem montando um show propagandístico descomunal, buscando manipular as camadas sensíveis da população e desta maneira criar um ambiente que lhes permita justificar um novo massacre no Chapare. Tudo isto é feito para satisfazer as exigências da embaixada norte-americana em termos de luta contra o narcotráfico.

Como se verá, é plenamente compreensível que, depois de tanto abuso, repressão e prepotência, os camponeses recorram à violência para defenderem seus cultivos e o futuro de seus familiares. Os objetivos da violência camponesa são diametralmente opostos aos objetivos da violência estatal. Esta última tem como finalidade cumprir com as ordens do imperialismo, que busca resolver o problema dos milhões de drogados e do narcotráfico em seu país às custas do sacrifício dos camponeses e de uma maior miséria para a Bolívia. É a violência antinacional e reacionária, destinada a manter e preservar os interesses da classe dominante e o imperialismo. Por sua vez, a organização dos piquetes armados de autodefesa pelos camponeses, que tiram vantagens de seu conhecimento do terreno

e de todos os recursos ao alcance de quem se encontra em desvantagem logística frente ao exército regular, tem como finalidade defender a soberania nacional e impor o livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, incluindo sua transformação em cocaína. Estas ações, na medida que apontem para a subversão da ordem social vigente, adquirem uma projeção revolucionária.

- Viva o livre cultivo, comercialização e industrialização da coca, incluindo o direito de transformá-la em cocaína!
- Fora do Chapare as mãos sujas do imperialismo!
- Basta de hipocrisia. Que os gringos resolvam em sua casa seus problemas de drogação e narcotráfico!

(extraído do ‘Masas’ boliviano nº 1740)

A restauração capitalista em Cuba

Paulo Barbosa

A vitória da luta antiimperialista e anticapitalista em Cuba abriu a perspectiva da revolução proletária na América Latina. Sua irrupção na área de influência do imperialismo norte-americano foi uma conquista essencial no ascenso revolucionário mundial iniciado em 1943, com o levante dos *partisans* na Itália e a derrota militar nazista em Stalingrado pelo exército vermelho. A Revolução Cubana também derrotou o stalinismo latino-americano, que prognosticava a necessidade da “revolução democrático-burguesa” no continente e a tática de frente popular, demonstrando a realidade da revolução permanente. A Revolução Cubana começou burguesa (democrática), no entanto por sua base de massas operária e camponesa só pôde vencer como socialista.

A expropriação do imperialismo e da burguesia cubana, a estatização das principais empresas, a reforma agrária, o monopólio do comércio exterior e o planejamento econômico, bases do Estado operário, em pouco tempo melhoraram as condições de vida das massas trabalhadoras. A taxa de analfabetismo caiu drasticamente, o índice de desemprego despencou, a taxa de mortalidade infantil passou de 60 por mil para 11, 1 e a relação habitante/médico que era de 1.076 baixou para 303. A própria CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), organismo da ONU, reconheceu que “em meados dos anos oitenta havia se eliminado a pobreza e a indigência, tanto nas zonas urbanas como rurais” (CEPAL, *La economía cubana. Reformas estructurales e desempeño en los noventa*, Fondo de Cultura Económica, México).

No entanto, a ausência de um ge-

nuíno partido revolucionário marxista, a burocratização e o alinhamento do castrismo com o estalinismo soviético, corroeram as conquistas proletárias e deformaram, desde o início, o jovem Estado operário, contribuindo para o processo de restauração capitalista. O Movimento 26 de Julho (castrismo) entrou em processo de fusão com o PSP (estalinismo), que tinha se oposto à guerrilha de Castro e sustentado o governo do ditador Batista. Ao mesmo tempo, iniciou-se uma campanha de difamação e perseguição aos trotskistas do POR cubano e ao seu jornal, o Voz Proletária, que, apesar das limitações, defenderam primeiro a transformação da revolução cubana em socialista, além de lutarem pela criação de uma rede de Conselhos Operários e denunciarem os ataques à democracia operária por parte dos estalinistas. O desfecho desse episódio foi dado pelo próprio Castro na Conferência da Tricontinental de 1966, quando caracterizou o trotskismo de “contra-revolucionário a serviço do imperialismo”, expressando sua integração ao estalinismo e os interesses da nascente burocracia cubana.

A partir desse salto de qualidade o castrismo passou a frear a luta pela revolução socialista na América Latina, a mais importante garantia de defesa do Estado operário cubano e das conquistas da revolução. Em 1975, Castro disse que a “América Latina não está madura para o socialismo”. Diante do processo revolucionário da Nicarágua e El Salvador, declarou estar “absolutamente convencido de que tanto Nicarágua como El Salvador querem chegar a um acordo negociado com os Estados Unidos. É falso – agregou – que

os comunistas desta zona pretendam construir nesse período histórico, o socialismo, mediante a ditadura do proletariado. O que buscam é um regime democrático, sobre a base de uma economia mista e do pluralismo político” (*El Tiempo*, Bogotá, 28/06/1982).

Internamente, diante do aprofundamento da crise econômica resultante da utopia de “construção do socialismo em um só país”, o processo lento e quase imperceptível de erosão das conquistas revolucionárias evoluiu em direção a restauração capitalista. A década de 90 marcou o salto de qualidade da opção restauracionista da burocracia cubana. Em 1992, os investimentos do capital estrangeiro que, até então, eram dirigidos ao setor de turismo, expande-se para setores considerados estratégicos, como a comercialização de produtos farmacêuticos. Em 1993, abriu-se a possibilidade de representações de bancos estrangeiros em Cuba para ampliar o suporte de serviços ao conjunto dos investimentos capitalistas estrangeiros que operam no país. No final de 1994, o governo de Castro afirmou que nenhum setor produtivo da economia cubana estaria fechado aos investimentos estrangeiros.

Ao lado dessas concessões ao capitalismo internacional, principalmente o europeu, minou-se o monopólio do comércio exterior, que passou a ter participação de outras empresas além das do Ministério do Comércio Exterior (Mincex), redefiniu-se o regime de propriedade socialista (1992), apareceram novas disposições legais para o exercício do trabalho por conta própria (1993) e surgiram mercados agropecuários, de produtos indus-

trias e artesanais onde os preços são determinados pela oferta e procura.

Todas essas medidas prepararam a Lei de Investimento Estrangeiro aprovada pela Assembléia Nacional em setembro de 1995, que teve o objetivo de promover e incentivar o investimento estrangeiro no território da República de Cuba, para desenvolver atividades lucrativas, gozando de plena proteção e segurança, com o Estado garantindo ao investidor capitalista a livre transferência ao exterior, em moeda livremente conversível, sem pagamento de impostos ou qualquer outra limitação. Em resumo, liberdade para extrair mais-valia do proletariado cubano e

saquear as riquezas nacionais. Enquanto isso, mantém-se o regime de partido único, com nenhuma liberdade de crítica proletária à burocracia castrista e ao curso restauracionista implementado. A única democracia existente resume-se no direito de concordar com os discursos de Castro e a linha do PC.

Tal situação reflete a falência do stalinismo, o mito do “socialismo em um só país” e o parasitismo da burocracia castrista, que, para manter seus privilégios, alia-se como sócia menor ao capital internacional. Cuba, ao continuar nesse rumo, em pouco se transformará em uma se-

micolônia do imperialismo europeu na América Latina. Somente uma revolução política, dirigida por um partido revolucionário norteado pela perspectiva da revolução permanente, recolocará Cuba nos trilhos do socialismo e contribuirá para a revolução proletária latino-americana. Não são os discursos enfadonhos de Castro, as “casas de amizade” ou os elogios dos governos burgueses da América Latina, mas apenas as massas proletárias e camponesas cubanas, que derrubaram Batista e derrotaram o imperialismo norte-americano que poderão salvar Cuba do retrocesso econômico, social e político.

A Internacional

Publicamos a seguir a letra do Hino da Internacional

De pé ó vítimas da fome
De pé famélicos da terra
Da idéia a chama já consome
A crosta bruta que a soterra
Cortai o mal bem pelo fundo
De pé, de pé, não mais senhores
Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo ó produtores.

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

Senhores, patrões, chefes supremos
Nada esperamos de nenhum
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre comum
Para não ter protestos vãos
Para sair deste antro estreito
Façamos nós com nossas mãos
Tudo o que a nós nos diz respeito.

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

O crime do rico a lei o cobre

O Estado esmaga o oprimido
Não há direito para o pobre
Ao rico tudo é permitido.
A opressão não mais sujeitos
Somos iguais todos os seres
Não mais deveres sem direitos
Não mais direitos sem deveres

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

Abomináveis na grandeza
Os reis da mina e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha.
Todo o produto de quem sua
A corja rica o recolheu
Querendo que ele o restituia
O povo quer só o que é seu.

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

Nós fomos de fumo embriagados
Paz entre nós guerra aos senhores

Façamos greve de soldados
Somos irmãos trabalhadores
Se a raça vil cheia de galas
Nos quer à força canibais
Logo verá que nossas balas
São para os nossos generais.

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

Pois somos do povo os ativos
Trabalhador forte e fecundo
Pertence a terra aos produtivos
Ó parasita deixa o mundo.
Ó parasita que te nutres
Do nosso sangue a gotejar
Se nos faltarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar.

*Bem unidos façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional*

Autores: Pierre Degeyter e Eugene Pot-
tier

Tradução: Neno Vasco

Barbárie imperialista

As guerras imperialistas para impor o seu domínio sobre a maioria das nações arrasam regiões inteiras do planeta, dizimam uma parte da população e espalham doenças mortais. Recentemente, países europeus estão sendo obrigados a denunciar os efeitos das armas de guerra, usadas pela OTAN, sobre os soldados e população, em função das consequências causadas sobre seus soldados. Enquanto as vítimas eram iraquianas, os imperialistas respondiam de que não havia provas suficientes que pudessem proibir o uso do urânio empobrecido.

Os efeitos dos mísseis antitanques

A OTAN (força militar controlada pelos Estados Unidos) usou na guerra da Iugoslávia (1999) os mísseis antitanques contendo o urânio empobrecido. Na Guerra do Golfo (conflito com o Iraque em 1991), essa mesma arma foi acionada para impor o controle imperialista na região petrolífera do Golfo Pérsico.

Está mais do que provado que o urânico empobrecido provoca o câncer (leucemia, é uma das manifestações). Foi mostrado pelos cientistas que a cidade de Basra (na região do Golfo), encoberta pela poeira radioativa dos mísseis norte-americanos, apresentou números elevados de câncer. Foram constatados casos de tumores e leucemia em famílias inteiras, justamente entre aqueles expostos à poeira radioativa e, particularmente, entre as crianças que brincavam com pedaços de mísseis. A população que vivia próximo às fábricas, em DIALA, bombardeada pelos mísseis, foi vítima da mesma barbárie. Os depoimentos mostraram que após o bombardeio permanecia cheiro muito forte, parecido com inseticida. As consequências eram sangramento, tumores e desenvolvimento da leucemia em famílias sem nenhum antecedente dessa doença.

Em 1999, na guerra nos Balcãs (Iugoslávia), a Otan novamente bombardeou com os mesmos mísseis. Os

resultados foram a contaminação de soldados da própria Otan. A doença é a mesma: câncer. O que mostra claramente a barbárie da guerra imperialista.

Imperialismo falseia dados para continuar a barbárie militar

De 1991 (época da guerra no Golfo) até 1999 (guerra da Iugoslávia), os Estados Unidos e as potências que compõem a OTAN negaram os efeitos dos mísseis antitanques. Sustentam que não há provas concretas que possam responsabilizar o uso do urânio empobrecido com o aumento das doenças cancerígenas. Afirmam que os riscos são pequenos.

Por outro lado, os Estados Unidos e seus aliados espalharam a propaganda imperialista de que o governo do Iraque desenvolve armas químicas e que estas podem causar danos irreversíveis à humanidade. Isso fazia parte da campanha imperialista para o desarmamento da nação oprimida (Iraque) e do controle que os órgãos imperialistas deveriam fazer nesse país.

Como se vê, o imperialismo usa os armamentos mais bárbaros para o dominar o mundo. O controle político e econômico de regiões é o que determina a política dos opressores. Para obter tal controle vale tudo: da propaganda enganosa ao uso dos mísseis alimentados por urânio.

A demagogia dos governos europeus

O governo francês revelou que 4 de seus soldados, que participaram das forças da OTAN, estão com leucemia. Na Itália, há provas de que 30 militares manifestaram doenças graves, em particular o câncer. Espanha, Portugal e Finlândia estão submetendo seus soldados aos exames médicos para detectar os efeitos do urânio. O governo grego também realizou exames em mil soldados que estiveram na

guerra com Kosovo.

A demagogia desses governos chega ao ponto de propor, diante das evidências, que o Conselho da OTAN discuta o problema. A Itália, que criou uma comissão científica para estudar o assunto, disse que não dispõe de informações suficientes para estabelecer uma ligação direta entre as doenças e o uso do urânio nos mísseis, isso quando seus soldados morrem. O presidente da Comissão Europeia afirma que algumas armas de guerra podem ser eliminadas. Certamente, o máximo que poderá ocorrer é a substituição desse tipo de arma por outra, que logo mais mostrará seus efeitos daninos sobre a população.

O imperialismo não pode resolver o problema

As potências imperialistas se mantêm às custas da submissão da maioria das nações. As guerras fazem parte da luta por esse controle. Conforme amplia a desintegração do capitalismo mundial, mais necessidade tem de os países imperialistas saquear as nações semicoloniais e impor mais profundamente a opressão nacional. A disputa por mercados e matérias-primas obriga o intervencionismo militar. A guerra no Golfo (controle sobre o petróleo) e na Iugoslávia foram consequências da ação militar norte-americana, sob a direção da OTAN (sustentação militar das potências imperialistas do pós-guerra).

Como vemos, o fundamental não é se as armas provocam ou não câncer. Esse aspecto é colateral. A questão está em que o capitalismo impulsiona o armamentismo e gera as guerras. O imperialismo funciona como uma força direcionada ao domínio militar e ao choque entre nações. A tarefa do proletariado consiste em destruir esse sistema econômico e social. E edificar a sociedade comunista, uma pátria universal em que não existirão nem a opressão de classe nem opressão nacional.